

Rodrigo Leite Ferreira Cabral

**Manual do
ACORDO
DE NÃO
PERSECUÇÃO
PENAL** À luz da Lei 13.964/2019
(Pacote Anticrime)

6ª } revista
edição } atualizada
 } ampliada

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

C117m Cabral, Rodrigo Leite Ferreira.
Manual do Acordo de não Persecução Penal /
Rodrigo Leite Ferreira Cabral– 6.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora
JusPodivm, 2024.

320 p.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-442-4731-0

1. Direito Processual Penal.2. Persecução Penal. I. Cabral, Rodrigo Leite Ferreira. II.
Título.

CDD 341.43

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Mois– CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	15
Capítulo 1	
INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 2	
FUNDAMENTOS DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	19
2.1. O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	19
a) Histórico do princípio da obrigatoriedade.....	21
b) Princípio da obrigatoriedade e teoria da pena.....	32
c) Por uma nova compreensão da obrigatoriedade	35
2.2. A EVOLUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	39
a) Influências para a sua criação	40
b) Razões político-criminais para o Acordo de não persecução ...	47
c) Resolução 181/17-CNMP <i>versus</i> art. 28-A, CPP	57
2.3. PROCESSO PENAL E CONSENSO.....	68
a) ANPP e <i>plea bargain</i>	72
b) ANPP e transação penal	75
c) ANPP e suspensão condicional do processo.....	77
d) ANPP e colaboração premiada	80
Capítulo 3	
ARQUITETURA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	85
3.1. NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	87
a) Negócio jurídico que veicula política criminal do Ministério Público	88
b) Obrigações assumidas como equivalentes funcionais da pena	92
3.2. REQUISITOS OBJETIVOS PARA O ANPP	95
a) Pena mínima inferior a quatro anos (CPP, art. 28-A, caput)	95

b)	Não cometido com violência ou grave ameaça (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	98
c)	Necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	101
d)	Não seja admitida transação penal (CPP, art. 28-A, § 2º, I).....	111
e)	Inexistência de violência doméstica ou familiar ou razões da condição de sexo feminino (CPP, art. 28-A, § 2º, IV)	112
f)	Não ser caso de arquivamento (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>).....	120
3.3.	REQUISITOS SUBJETIVOS PARA O ANPP	121
a)	Sem reincidência, habitualidade, reiteração ou profissionalismo (CPP, art. 28-A, § 2º, II)	121
b)	Inexistência de acordo anterior (CPP, art. 28-A, § 2º, III).....	127
c)	Confissão formal e circunstanciada (CPP, art. 28-A, <i>caput</i>)	128
3.4.	PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DO ANPP	143
a)	Plano da existência	144
b)	Plano da validade.....	149
c)	Plano da eficácia.....	152
3.5.	O OBJETO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	153
a)	Contextualização.....	153
b)	Reparar o dano ou restituir a coisa (CPP, art. 28-A, I)	156
c)	Renunciar a bens e direitos (CPP, art. 28-A, II).....	170
d)	Prestar serviço à comunidade ou entidade pública (CPP, art. 28-A, III)	173
e)	Pagar prestação pecuniária (CPP, art. 28-A, IV)	178
f)	Cumprir outra condição (CPP, art. 28-A, V)	180
g)	Das obrigações do Ministério Público.....	184
h)	Da inclusão de cláusulas que estabeleçam deveres laterais de conduta	184
i)	Da inclusão de outros acordos no bojo do ANPP	187
3.6.	APRECIÇÃO JUDICIAL DO ANPP	188
a)	Da natureza jurídica da decisão que aprecia o ANPP.....	190

b)	Da homologação e fixação do local de cumprimento	192
c)	Da não homologação do ANPP	197
d)	Das consequências da não homologação do ANPP	206
e)	Da negativa do MP em propor o ANPP e sua eventual revisão	207
f)	Dos recursos no âmbito de aplicação do ANPP	219
3.7.	EXECUÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	220
a)	Competência para a execução do ANPP	222
b)	Fiscalização do cumprimento	225
c)	Cumprimento do acordo	226
d)	Descumprimento e Rescisão do acordo	227
e)	Extinção anormal do ANPP	230
f)	Recursos contra as decisões na execução do ANPP	231
3.8.	QUESTÕES PRÁTICAS E CONTROVERTIDAS SOBRE O ANPP	231
a)	Ação penal privada e subsidiária da pública	232
b)	Juiz e Promotor Natural	235
c)	Pessoa Jurídica e ANPP	236
d)	Cumprimento dos atos processuais	240
e)	Nomeação de defensor	242
f)	Direito subjetivo do investigado?	243
g)	Audiência de custódia	246
h)	Justiça Militar e Eleitoral	247
i)	Crimes hediondos ou equiparados	255
j)	Foro especial por prerrogativa de função	256
k)	Processos penais em curso	257

Capítulo 4

CONCLUSÃO	275
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277

ANEXO I

ART. 1. DA RES. 181/17-CNMP	287
--	------------

ANEXO II

MODELOS DE ANPP	291
MODELO 1	292
MODELO 2	299
MODELO 3	303

ANEXO III

MODELO DE HOMOLOGAÇÃO DE ANPP	311
--	------------

ANEXO IV

MODELO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ANPP	315
--	------------

ANEXO V

MODELO DE DEVOLUÇÃO DO ANPP AO MP	317
--	------------